



‘GÊNERO’ E ‘RAÇA’ EM MOÇAMBIQUE: REVISITANDO CONCEITOS NOS PERÍODOS COLONIAL E PÓS-COLONIAL

Ana Luísa Teixeira¹

A definição do papel sociocultural e político da mulher moçambicana assumiu diferentes contornos, ao longo da história colonial, e do período pós-colonial. “Gênero” e “raça” revelam, deste modo, uma plasticidade resultante de processos de construção e de reconstrução conceptual, que emergem de cenários culturais, sociais e políticos particulares, veiculados por diferentes práticas discursivas.

A nossa análise de processos de (re)construção dos conceitos “gênero” e “raça” nos períodos colonial e pós-colonial em Moçambique, pretende demonstrar que os dois conceitos mantêm uma inter-relação com as realidades históricas que os contextualizam e que, nesse sentido, a representatividade da mulher moçambicana enquanto actor social e cultural assume contornos distintos, mas também similares, nos períodos colonial e pós-colonial.

O período colonial

O novo ordenamento político e económico imposto pela presença colonial em África potenciou novos papéis de género. O entendimento dessa “restruturação” conceptual em Moçambique implica observar as variações, geograficamente condicionadas, do posicionamento social e cultural da mulher.

As províncias do Norte, com predomínio do grupo étnico Macua, e do centro de Moçambique (Tete, Zambézia, Sofala e Manica) são essencialmente matrilineares. O matriarcado determina que os casais coabitem no terreno herdado pela mulher, e que as crianças mantenham o nome do clã materno². Contrastivamente, nas regiões do Sul – Gaza, Inhambane e Maputo – a organização familiar patrilinear é dominante, fazendo-se a sucessão por linha paterna.

A imposição de novos modelos laborais por parte da presença colonial veio desafiar papéis sociais femininos e masculinos, originalmente definidos por estruturas familiares regidas pela coexistência entre organizações matriarcais e patriarcais. O trabalho forçado (*chibalo*) teve uma representatividade significativa durante todo o domínio colonial do Estado Novo, designadamente através do cultivo do algodão entre 1938 e 1961.

¹ Pós-doutoranda ISCTE – Centro de Estudos Africanos
Prof. Auxiliar, Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa ISLA
anateixeir@gmail.com

² PITCHER, M. ANNE. *Conflict and Cooperation: Gendered Roles and Responsibilities within Cotton Households in Northern Mozambique*. African Studies Review 19, 3, 1996, p.82..



As plantações de algodão revelam-se cenários bem ilustrativos das relações de gênero, em contexto de imposição de estruturas laborais para servirem o projecto colonial. Essa redefinição do conceito de “trabalho” trouxe consigo repercussões não só a nível económico, mas também a nível social e cultural. O *chibalo* estruturava-se sob uma lógica distinta da realidade laboral moçambicana indígena. Questionam-se, assim, os papéis masculinos tradicionais através, por exemplo, da imposição de tarefas originalmente destinadas a mulheres.

Paralelamente, o recrutamento de mão-de-obra masculina para trabalho estadual e em companhias concessionárias conduziu a uma escassez de trabalhadores no cultivo e indústria do algodão. Estas actividades passam, assim, a ser largamente desempenhadas por mulheres nas províncias de Tete, Zambézia, Sofala e Manica, sendo a agricultura para sustento próprio preterida em favor do trabalho rural, exigido pela governação portuguesa. Também a migração de trabalhadores para as minas de ouro da então Rodésia, actual Zimbábue, e da África do Sul, tornou a mão-de-obra feminina imprescindível no trabalho agrícola. Distanciadas das famílias, estas trabalhadoras rurais vêem-se desprovidas de apoio face à escassez de mão-de-obra masculina.

Nas sociedades do Sul, a prática do *lovolo*³ assume particular importância para a condição da mulher. Casamento costumeiro, no qual os parentes do noivo presenteiam a família da noiva, o *lovolo* dominou entre as populações camponesas rurais e analfabetas. A introdução do trabalho assalariado pela economia colonial pôs fim à utilização de gado como moeda de troca, tornando-se o ritual do *lovolo* um crescente veículo de rentabilização do casamento, pelo investimento nas capacidades produtivas e reprodutivas da mulher.

Em interacção com a prática do *lovolo*, o casamento poligâmico, também dominante no Sul do país, suscita alguma polémica. Numa primeira análise, a poligamia poderá ser interpretada como mais um veículo de transformação do casamento numa instituição rentável para os maridos. Salientamos, no entanto, que a introdução do sistema capitalista pela governação colonial veio, na verdade, acentuar a conceptualização da mulher enquanto fonte de lucro. Importa, ainda, não menosprezar o significado que estas duas práticas assumiam/assumem entre as sociedades tradicionais onde vigoravam/vigoram, sendo que a prática do *lovolo* se mantém, alargando-se da realidade rural para o contexto urbano, e justapondo tradição e modernidade. Colocamo-nos, assim, perante um exemplo da necessidade de contextualizar social e culturalmente o posicionamento da mulher africana, para uma análise rigorosa da sua condição.

³*Lovolo* (grafia oficial changana), ou *lobolo* “é a palavra local para designar o preço da noiva”, consistindo “numa cerimónia em que a linhagem feminina é ritual e economicamente recompensada para garantir a passagem da mulher e dos seus filhos para a família do marido”. (ABOIM, SOFIA. *Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo*. Análise Social XLIII, 2, 2008, p.276).



A discussão sobre a necessidade de desenvolver leituras da condição da mulher em contextos culturais distintos, tem sido dominante entre os teóricos do pós-colonialismo. É recorrente a invisibilidade da mulher na teorização de processos de emergência de alteridade, em contextos colonial e pós-colonial. Questionando o papel das correntes ocidentais femininas perante a incontornável variedade de contextos geográficos e socioculturais, Judith Butler afirma:

The political assumption that there must be a universal basis for feminism, one which must be found in an identity assumed to exist cross-culturally, often accompanies the notion that the oppression of women has come singular form discernable in the universal or hegemonic structure of patriarchy or masculine domination ... That form of feminist theorizing has come under criticism for its efforts to colonize and appropriate non-Western cultures to support highly Western notions of oppression. ⁴

Esta abstracção conceptual que caracteriza em muitos casos a teorização da pós-colonialidade condiciona as questões de género a um estatuto paralelo, cuja leitura se faz frequentemente através de um raciocínio dedutivo de aplicação de modelos teóricos utilizados na interpretação do macro-conceito de “alteridade”. Essa homogeneização identitária do “Outro” resulta numa paradoxal reprodução da própria lógica colonial, pela anulação das especificidades culturais e sociais, que caracterizam a complexa realidade dos contextos de colonização. Várias têm sido, assim, as contribuições de teóricas e académicas, no sentido de analisar particularmente a questão “género”, em contextos coloniais e pós-coloniais, problematizando a supremacia do conceito “raça” no combate teórico à ocidentalização identitária. As propostas apresentadas revelam a necessidade de repensar o conceito de “feminismo”, dada a sua origem e percurso no mundo ocidental⁵.

O protagonismo de contextos anglo-saxónicos enquanto sujeitos e objectos neste debate é evidente. No entanto, as questões de género na África Lusófona, e em Moçambique em particular, têm sido alvo de um interesse acrescido.

A contestação ao regime colonial português e o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência foram não raro protagonizados por mulheres em Moçambique, e a sua inclusão nos estudos de género sustenta-se na necessidade de reconhecer o seu papel interventivo no processo histórico. A agência feminina na luta contra a opressão colonial assumiu diversas formas. Por exemplo, a organização de turnos entre mulheres, permitindo uma distribuição do trabalho no cultivo do algodão, através de uma rede de mútuo apoio (*mafunana*), ou a manutenção de pequenos terrenos de cultivo para sustento próprio. Ainda no que concerne ao contexto laboral, tiveram lugar

⁴ BUTLER, JUDITH. *Gender Trouble*. New York: Routledge, p.3

⁵ A propósito da questionável aplicabilidade da contribuição de Simone de Beauvoir face à heterogeneidade sociocultural da condição da mulher em África, ver ARNFRED, SIGNE. *Simone de Beauvoir in Africa: ‘woman = the second sex?’ Issues of African feminist thought*. Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies 2, 1, 2002. Disponível em: <http://www.jendajournal.com/vol2.1/arnfred.html> . Acesso em : 28.06.2010..



várias iniciativas de protesto contra a exploração de trabalhadoras. De salientar, a greve ao cultivo do algodão, ocorrida em Buzi, região sul de Moçambique, em 1947.

A reestruturação social e cultural decorrente do colonialismo alicerçou-se em parte numa urbanização crescente, apresentando um desafio ao próprio posicionamento tradicional da mulher em Moçambique, e à sua ligação com a agricultura. A exploração por parte das autoridades coloniais portuguesas, a necessidade de devolver o valor do *lovolo*, no sentido de pôr fim ao casamento, ou a perspectiva de alterar a sua condição financeira, conduziu a vários movimentos migratórios de mulheres para as cidades, designadamente para a capital, então Lourenço Marques. Estas deslocações em massa tiveram início nos primeiros anos da década de 1940, sendo que muitas mulheres se viram obrigadas a recorrer à chamada “economia paralela”, experienciando uma precariedade em muito resultante do fraco investimento na educação por parte da governação colonial⁶.

A Independência

A luta pela independência em Moçambique contou com uma participação gradual de mulheres, sendo a criação do destacamento feminino em 1967, e a sua consolidação em 1968, dois marcos assinaláveis.

Em Março de 1973, a recentemente criada Organização da Mulher Moçambicana (OMM) organizou a sua primeira conferência, na Tanzânia. Conjuntamente com a OJM, Organização da Juventude Moçambicana, criada em 1977, a OMM participou significativamente no projecto de reconstrução nacional pós-independência. No entanto, a estruturação de uma consciência política não foi conquistada de imediato. Só o terceiro Congresso da FRELIMO, em 1977, contou com uma presença significativa de mulheres, apesar dos dois congressos da OMM, em 1973 e em 1976. A participação de mulheres nos próprios Grupos Dinamizadores, iniciativa governamental no sentido de mobilizar e consciencializar politicamente as populações locais, se limitou ao serviço social, sendo que os homens mantinham o poder decisivo.

Com o objectivo de facilitar e incentivar a participação feminina na actividade política, o governo da FRELIMO implementou algumas políticas sociais, designadamente a criação de *creches*, reveladoras, no entanto, de mão-de-obra insuficiente e fracas condições. A título de

⁶ Sobre a educação de meninas moçambicanas durante a época colonial, ver ZAPARONI, VALDEMIR. *As ‘escravas perpétuas’ & o ‘ensino prático’: raça, gênero e educação no Moçambique Colonial, 1910-1930*. Estudos Afro-Asiáticos, 24, 3, 2002, pp. 459-482.



exemplo, em 1977, é inaugurada uma *creche* na aldeia comunitária da província de Gaza, com um *ratio* de 432 crianças por 13 educadoras.

O empenho da FRELIMO e da OMM, no que concerne à participação das mulheres na vida política do país, acabou, afinal, por dar os seus frutos. A nomeação de Graça Machel para liderar o Ministério da Saúde foi um exemplo paradigmático, sendo que em 1991, o número de mulheres no Comité Central era já de 57, num total de 160 membros. Actualmente, e desde 2004, Luísa Diogo é primeira-ministra do Governo chefiado por Armando Guebuza.

As iniciativas da OMM fizeram-se também sentir na representação dos direitos legais das mulheres. A primeira Constituição moçambicana consagrava determinados direitos à mulher, designadamente o Artigo 7, sobre a igualdade do direito ao trabalho; o Artigo 29, prometendo igualdade de direitos e deveres para ambos os sexos; ou o Artigo 30, considerando a participação na defesa do país como um dever central para ambos os sexos. Neste campo, a coexistência entre a legislação colonial sobre a família e as leis consuetudinárias dos diversos grupos étnicos em Moçambique apresentou uma complexidade particular⁷. Importa referir que o programa de Reconstrução Nacional que o Governo da FRELIMO implementou, advogava a eliminação de determinadas práticas tradicionais (o *lovolo*⁸, a poligamia, os rituais de iniciação, por exemplo), sob o pretexto, também defendido pela OMM, de que estas contribuiriam para acentuar a discriminação das mulheres. Foram, assim, negligenciadas redes de apoio mútuo entre mulheres, incentivadoras da sua própria construção dos papéis a desempenhar na família.

Esse processo recorrente de ocidentalização, directa ou subentendida, dos papéis de género revelou uma paradoxal semelhança entre os discursos político-ideológicos dos períodos colonial e pós-colonial. Quando em 1984, a OMM organiza uma conferência extra-ordinária, o seu documento final não reflecte um posicionamento conducente a uma efectiva emancipação das mulheres, sem que tivesse lugar uma artificialização de papéis de género, pouco coerentes com as culturas tradicionais.

As iniciativas da OMM no sentido de educar a população feminina incluíram várias campanhas de alfabetização, bem como incentivos à formação profissional e à integração no

⁷ A nova Lei da Família, aprovada em 2003, aposta na conjugação entre direitos individuais universalmente reconhecidos, e a lei consuetudinária tradicionalmente definidora da estrutura familiar (ABOIM, SOFIA. *Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo*. *Análise Social* XLIII, 2, 2008, p. 277.)

⁸ Apesar da oposição da FRELIMO, a prática do *lovolo* mantém-se no Sul do país, mesmo entre a população urbana de classe média e alta (BAGNOL, BRIGITE. *Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique*. *Análise Social* XLIII, 2, 2008, p. 251).



trabalho rural e urbano. O combate à prostituição foi uma das apostas centrais da OMM e do Governo moçambicano.

O investimento numa mudança radical de mentalidades fez-se também sentir no sistema de saúde, particularmente a partir de Novembro de 1977, com a criação de centros de dia para mães e filhos e a implementação de programas de educação nutricional. Nesta área de intervenção, verificam-se, uma vez mais, contrastes significativos entre as políticas governamentais e os valores da sociedade tradicional, por exemplo, relativamente ao planeamento familiar, com a oposição masculina ao controlo da natalidade.

Embora considerada um grave problema social pela OMM, a interrupção voluntária da gravidez não foi discutida sistematicamente. A posição da FRELIMO relativamente à gravidez de adolescentes e a toda uma política de educação sexual revelou uma clara incapacidade de resposta à condição feminina, por parte do discurso político-ideológico vigente.

Considerações finais

O posicionamento da mulher moçambicana em contexto pós-colonial foi profundamente alterado, tendo a sua consciencialização e agência política sido um dos objectivos centrais do governo da FRELIMO. No entanto, o fim da condição de subalternidade africana em Moçambique, como consequência do fim da presença colonial, não erradicou uma hierarquização de género, que resultou parcialmente do que consideramos ter sido uma colagem de um modelo de governação marxista-leninista a uma realidade social, política e cultural extremamente complexa e heterógena. É, aliás, bem conhecido o debate entre as correntes do feminismo e a teoria marxista-leninista que, no seu enfoque na primazia do capital e na subalternização generalizada dos trabalhadores, negligenciou a condição da mulher. A OMM, pela sua estreita ligação à FRELIMO e à ideologia marxista-leninista, politizou o posicionamento social e cultural da mulher, que se tornou um veículo de afirmação do discurso político-ideológico oficializado.

Ao observarmos as políticas de género pós-independência, não obstante a ruptura óbvia face ao discurso colonial, descortinamos, também, a continuidade de uma retórica do poder masculino. O novo papel político e ideológico que a condição feminina ocupa, não obsta a entraves vários ao protagonismo da mulher. De entre esses obstáculos a um verdadeiro entendimento da condição da mulher moçambicana, destaca-se uma colisão entre idiosincrasias tradicionais e modernidade.

Bibliografia



- ABOIM, SOFIA. Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo. *Análise Social* XLIII 2, 2008, pp. 273-295.
- ARNFRED, SIGNE. Simone de Beauvoir in Africa: 'woman = the second sex?' Issues of African feminist thought. *Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies* 2 1, 2002. Disponível em: <http://www.jendajournal.com/vol2.1/arnfred.html> . Acesso em : 28.06.2010.
- BAGNOL, BRIGITTE. Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique. *Análise Social* XLIII, 2, 2008, pp. 251-272.
- BUTLER, JUDITH. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 2006.
- HANLON, JOSEPH. *Mozambique. The Revolution under Fire*. London: Zed Books, 1984.
- IGLÉSIAS, OLGA, Na entrada do novo milénio em África: que perspectivas para a Mulher Moçambicana? Mata, Inocência e Padilha, Laura Cavalcante (orgs). *A Mulher em África. Vozes de uma Margem sempre Presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 135-154.
- ISAACMAN, ALLEN. *Cotton is the Mother of Poverty. Peasants, Work, and Rural Struggle in Mozambique, 1938-1961*. Portsmouth: Heineman, 1996.
- ISAACMAN, BARBARA e STEPHEN, JUNE. *Mozambique: Women, the Law and Agrarian Reform*. New York: United Nations Economic Commission for Africa, 1980.
- LOOMBA, ANIA. *Colonialism/Postcolonialism*. London & New York: Routledge, 2005.
- OYEWUMI, OYERONKE. *The Invention of Women. Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: U of Minnesota P, 1997.
- PITCHER, M. ANNE. Conflict and Cooperation: Gendered Roles and Responsibilities within Cotton Households in Northern Mozambique, *African Studies Review* 19, 3, 1996, pp. 81-112.
- SHELDON, KATHLEEN e FÊO RODRIGUES, ISABEL. Outras Vozes: Women's Writings in Lusophone Africa. *African and Asian Studies* 7, 4, 2008: pp.423-445.
- SPIVAK, G. C. Can the Subaltern Speak?. Nelson, C. e Grossberg, L. (eds.) *Marxism and the Interpretation of Culture*. Basingstoke: Macmillan Education, 1988, pp. 271-313.
- TETREAULT, MARY ANN (ed.). *Women and Revolution in Africa, Asia, and the New World*. Columbia: U of South Carolina P, 1994.
- URDANG, STEPHANIE. *And Still They Dance. Women, War, and the Struggle for Change in Mozambique*. New York: Monthly Review P, 1989.
- WALKER, CHERRYL (ed.). *Women and Gender in Southern Africa to 1945*. Cape Town: David Philip Publishers, 1990.